



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

ACTA NÚMERO QUINZE

----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E OITO. -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de dois mil e oito, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito -----

----- Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Três Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----

----- Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação do Relatório de Gestão do ano financeiro de dois mil e sete -----

Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano financeiro de dois mil e sete. -----

Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação número 5: - Revisão ao Orçamento da Receita número 1 para o ano financeiro de 2008. ----- Ponto

Três Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Modificação número 8: - Revisão ao Orçamento da Receita número 2 para o ano financeiro de 2008.

----- Ponto Três Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Modificação número 9: - Revisão ao Orçamento da Despesa número 1 para o ano financeiro de 2008. -----

----- Ponto Três Ponto Sete) – Apreciação e Votação da Modificação número 9: - Revisão ao Plano de

Investimentos número 1 para o ano financeiro de 2008. -----
----- Ponto Três Ponto Oito) – Apreciação e Votação do Reconhecimento de Inquestionável interesse público do Projecto – Aproveitamento Hidroeléctrico de Algosos no Rio Angueira. ---
----- Ponto Três Ponto Nove) – Apreciação e Votação dos Mapas Gerais de Bens do Património Municipal. -----
----- Ponto Três Ponto Dez) – Apreciação e Votação dos Estatutos da Associação (ADER) Agência de Desenvolvimento Económico da (RATM) Rota do Azeite de Trás-os-Montes. -----
----- Ponto Três Ponto Onze) – Apreciação e Votação do Relatório de Verificação de Contas por Auditor Externo. Análise Económico-financeira, e Certificação legal de Contas. -----
----- Ponto Três Ponto Doze) – Apreciação e Votação do Regulamento para Alienação de Lotes de Terreno do Loteamento de S. Vicente em Vimioso. -----
----- Ponto Três Ponto Treze) – Apreciação e Votação do Relatório de Gestão 2007 da “ Vimioso 2003 – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, Em”. -----
----- Ponto Três Ponto Catorze) – Outros Assuntos de interesse para o Município. -----

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado início à sessão tendo passado a palavra à senhora segunda Secretária para verificação das presenças. Compareceram os senhores: José António Cerqueira da Costa Moreira, José Carlos Vaz Gonçalves, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, António Eduardo Frias Martins, Aníbal Alves do Rosário, José Luís Pires Rodrigues, Luís Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Manuel João Ratão Português, Paula da Felicidade Ferreira Martins, Nuno dos Santos Penascas Martins, Manuel Fernandes de Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Vítor Manuel Fonseca Pires, Alcino Lopes Luís, José Maria João de Quina, Sérgio Augusto Pires, Domingos David Sardinha Pimentel, César Manuel Veiga Rodrigues, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Manuel Pascoal Lopes Padrão, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, Ilda de Fátima Fernandes Martins e Manuel Delfim Martins Miranda. -----

Registou-se a falta do senhor deputado Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, O Senhor Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues e os Senhores Vereadores, António Jorge Fidalgo Martins, José de Jesus Cepeda Prada e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. -----

- Ainda pela senhora segunda secretária, foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão da Assembleia. ----- **Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito.** -----

----- Estando todos os membros da Assembleia na posse da acta da sessão anterior (enviada antecipadamente), e não tendo havido pedidos de esclarecimentos/intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com as abstenções do Senhor deputado José Carlos Vaz Gonçalves e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, dado não terem estado presentes na respectiva reunião. ----- **Ponto**

Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. ----- No uso da palavra, o senhor deputado Acácio Fernandes fez a seguinte intervenção acerca do mapa apresentado pela Região de Turismo”. Por me sentir membro de uma comunidade aberta, diversificada e não inquisitória, e no uso do direito e no dever que me assistem de manifestar a minha opinião, nomeadamente e só sobre assuntos da coisa pública, trago aqui este assunto porque é mais um exemplo da actuação, que eu não quero, neste momento, adjectivar, de algumas instituições públicas ancestrais deste País que a todos nós, cidadãos contribuintes, deve dizer respeito. O novo mapa da velha, cadente e inoperante há muito tempo, Região de Turismo do Nordeste Transmontano resolveu apresentar o nosso concelho com uma estrada nova – Algos/Junqueira – e uma nova localidade – Blla (ou Bila) Seco. Ora, todos nós sabemos que, quer esta estrada quer esta localidade não existem. Então o que dizer? Da minha parte, e porque é tamanho o disparate, para não dizer outra coisa..., não digo nada. A fraca ou talvez inexistente actuação desta instituição não deixava prever outro

destino que não fosse a sua extinção. Até que enfim. Tudo na vida tem o seu canto do cisne; é a vida..., como alguém ousava dizer. Talvez perca por ser tardia, mas vale mais tarde do que nunca como diz a sabedoria popular. Ainda bem que para o nosso concelho não virá nenhum mal deste facto porque dela (RTNT) actuações concretas e benéficas poucas ou mesmo nenhuma vieram. Vieram, vieram sim, da CORANE, pelo apoio ao desenvolvimento e à divulgação do nosso concelho, por isso deixo-lhe, aqui, expresso o meu voto de louvor. É um exemplo de que os municípios, quando querem e são unidos, conseguem”. ----- Interveio o senhor deputado Manuel João Português, tendo questionado o Senhor Presidente da Câmara se, no âmbito do Parque Ibérico de Natureza e Aventura, resultariam algum tipo de limitações a nível da produção de raças autóctones, plantações e ainda de edificação. ----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara referindo que não haveria qualquer tipo de limitações dentro do que está estabelecido no Plano Director Municipal. -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Três Ponto Um) – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** -----

----- Uma vez que todos os membros da Assembleia Municipal estavam na posse da informação escrita (enviada antecipadamente) o senhor Presidente da Assembleia dispensou a leitura/apresentação por parte do senhor Presidente da Câmara e questionou a Assembleia se havia inscrições para intervenções/pedidos de esclarecimentos, não se tendo registado nenhuma. -----

Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação do Relatório de Gestão do ano financeiro de dois mil e sete. ----- **Ponto**

Três Ponto Três) – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano financeiro de dois mil e sete. -----

Uma vez que os documentos respeitantes a estes pontos estão relacionados, o senhor Presidente da Assembleia sugeriu que fossem apresentados e discutidos em simultâneo sendo que a votação de cada um deles se faria separadamente. ----- Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara este remeteu para os documentos distribuídos aos senhores membros da Assembleia colocando-se à disposição para

todo e qualquer pedido de intervenção/ esclarecimento. ----- O senhor deputado Acácio Fernandes fez a seguinte intervenção: **“Execução do PPI –** Congratulo-me com a taxa de execução de 61,51%. Acho que é uma boa taxa de execução e que manifesta, esta sim, eu não diria *“um significativo rigor, mas algum rigor de previsão do investimento e do trabalho realizado por todos os elementos da Câmara Municipal.* É claro que a perfeição é muito difícil de atingir, todavia é sempre bom tentar aproximarmo-nos dela. **Dívidas da Câmara Municipal: Dívida a M/LP –** cerca de 3.500.000€ - não me pronuncio porque está autorizada e aprovada e, como tal, legalizada pelos órgãos institucionais deste País responsáveis por este sector. Em princípio acredito em toda a gente, por isso se a Câmara Municipal recorreu a esta dívida, acredito que tinha necessidade de o fazer. **Dívida à C/P –** cerca de 2.500.000€ – considero que esta dívida ainda é demasiado pesada, mas penso que há vontade de conseguir o reequilíbrio, espero que sim. Como sabem, há momentos na vida em que é necessário parar para pensar. Quando as receitas são magras, a contenção nas despesas deve ser voluntária e não obrigatória. **Dívida a Credores de Cauções –** cerca de 43.000€ – não considero esta dívida como sendo da Câmara Municipal, uma vez que esta verba é das instituições que prestaram as respectivas cauções, a não ser que os contratos, que têm com a Câmara Municipal, não sejam cumpridos”. ----- Não se tendo registado mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia colocou os respectivos pontos à votação (separadamente). Ambos os pontos foram aprovados por maioria com a abstenção do Senhor deputado José Luís Rodrigues. Colocados, ambos, separadamente à votação para aprovação em minuta, foram aprovados por unanimidade. ----- **Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação número: cinco – Revisão ao Orçamento da Receita número um para o ano financeiro de dois mil e oito.** ----- Introduziu este ponto o senhor Vice-Presidente tendo referido que o mesmo respeitava ao saldo do ano anterior constante do resumo diário da tesouraria de dotações orçamentais, donde, uma vez aprovado, ele era integrado no orçamento do presente ano. Não tendo havido intervenções, passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade e em minuta. ----- **Ponto Três Ponto Cinco) – Apre-**

ciação e Votação da Modificação número: oito – Revisão ao Orçamento da Receita número dois para o ano financeiro de dois mil e oito. -----

----- Ponto Três Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Modificação número: nove – Revisão ao Orçamento da Despesa número um para o ano financeiro de dois mil e oito. -----

----- Ponto Três Ponto Sete) – Apreciação e Votação da Modificação número: nove – Revisão ao Plano de Investimentos número um para o ano financeiro de 2008. -----

----- Uma vez que os pontos em questão estão relacionados entre si o senhor Presidente da Assembleia sugeriu que fossem apresentados e discutidos em simultâneo, sendo que a votação decorreria individualmente. ----- Foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. Explicou que os pontos em questão respeitavam à necessidade de integrar no plano a aquisição de equipamento para o futuro Museu de Arte Sacra, existindo para o efeito uma candidatura INTERREG. Nesse sentido referiu que existiam Revisões ao Orçamento da Receita e conseqüentemente da Despesa. ----- Não se registaram intervenções pelo que, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação cada um dos pontos, separadamente, tendo todos eles sido aprovados por unanimidade e em minuta. -----

----- Ponto Três Ponto Oito) – Apreciação e Votação do Reconhecimento de Inquestionável Interesse Público do Projecto – Aproveitamento Hidroeléctrico de Algosó no Rio Angueira. -----

Para introduzir este ponto foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Referiu-se a todo o processo dizendo que se tratava de um projecto que sempre ambicionou para a Câmara Municipal fundamentalmente pelo facto de garantir, no curto a médio prazo, significativas receitas à autarquia tão necessárias em função destas (receitas próprias) representarem apenas seis por cento do Orçamento. Recordou todo o processo burocrático, desde as autorizações de ligação à rede ao próprio projecto e necessidade de reformulação do mesmo na sequência das exigências do IGESPAR (antigo IPPAR). Recordou que a mini – hídrica corresponde a uma parceria público-privada da qual fazem parte a Câmara Municipal de Vimioso, Câmara Municipal de Mogadouro e a empresa HIDROERG. Sublinhou que relativamente à primeira localização, ela

foi alterada por exigência do IGESPAR, sem que qualquer outra entidade que tem de emitir parecer se pronunciasse de forma negativa. No entanto, qual o espanto quando, apresentada a alternativa (segunda localização) pouco distante da primeira o ICNB levanta problemas de índole ambiental relacionados com o bucho e a toupeira de água. Mostrou o seu desalento e frustração pelo facto considerando que tinham de ser equacionadas futuras tomadas de posição pois que, o concelho não pode ser prejudicado e impossibilitado do seu desenvolvimento. Informou que aguardava o despacho do Senhor Secretário de Estado do Ambiente esperando que houvesse sensibilidade para com este projecto e o que ele significa para o concelho. Referiu que o reconhecimento do inquestionável interesse público do projecto mais não era do que reforçar, junto do Secretário de Estado a importância do mesmo, de forma a poder ser deferido. ----- No uso da palavra o senhor deputado Acácio Fernandes considerou que: "Isto é lamentável. Eu não quero classificar este país, mas enfim cada um de nós sabe como é que anda este país. É lamentável! Essa instituição dita IPPAR, eu tive problemas quando estive aqui na Câmara com essa instituição mas enfim... Eu não entendo que prejuízo é que causaria uma albufeira, um espelho de água num sopé onde está instalado o castelo. De certeza absoluta que essa água não iria inundar o castelo! Eu acho que até era bom para quem visitasse o castelo olhar para baixo e ver ali um espelho de água. Acho que era óptimo, mas enfim os entendidos lá sabem e nós coitadinhos temos que (não digo aqui um termo que é usado) enfim" ...-----

-----O senhor deputado Vítor Paiva fez a seguinte intervenção:" senhor Presidente depois de ouvir a explanação que V. Ex.^a fez, digo-lhe que estou triste, muito triste. Os motivos são vários e não sabemos qual deles o verdadeiro. No momento em que o petróleo atinge quase os cento e vinte dólares por barril, em que, desde o Presidente da República ao Primeiro Ministro, passando por aí abaixo, por essa gente toda, se diz que é preciso aplicar o nosso esforço nas energias renováveis, e por causa de uma rata não se aplicam as energias renováveis! Eu estou com V. Ex.^a. Ou estão todos contra nós, ou nós estamos contra todos, porque não se vê motivo justificativo para essa situação. Não há qualquer motivo. Toda a gente reclama energias renováveis, eólicas, mini-hídricas e tudo o que é possível para que não estejamos dependentes do exterior para que possamos produzir o máximo

possível de energia. Ouvimos uma explanação como V. Ex.^a fez. É triste, sinto-me triste como Vimiosense adoptivo e como português em geral”. -----

----- Na sua intervenção o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires disse, em relação ao assunto em questão:” eu concordo que seja considerado de interesse público e tem o meu apoio total. Agora, eu gostaria de questionar o seguinte: será que o aproveitamento desta albufeira, não seria preferível a norte do concelho de Vimioso para aproveitamento hídrico e para aproveitamento de energia? Eu acho que tinha toda a vantagem este investimento ser feito logo no início do rio e não no final. Estamos a pegar na água para Mogadouro é uma realidade”. -----

--- Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, começou por referir que também ele estava muito triste, tal como o senhor deputado Vítor Paiva. Sublinhou que essa tristeza decorria não só do facto de tudo ter sido feito para que o município pudesse ter mais receitas, mas sobretudo pelo facto de num conjunto de várias entidades só o ICNB apontar impactos negativos, com a agravante de no primeiro estudo relativo à localização inicial nem sequer se ter pronunciado. Continuou dizendo que os impactos causados pela primeira localização são exactamente os mesmos dos que decorrem da segunda localização não sendo pois compreensível tal mudança de opinião por parte do ICNB concordando neste sentido com o senhor deputado Acácio Fernandes quando este lamentou o estado lamentável em que anda o país. Em tom irónico disse que era um problema de ratos e ratas referindo-se à ligação Vimioso/Outeiro e agora à mini-hídrica. Relativamente à questão da localização da mini-hídrica, levantada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, recordou que desde o início das suas funções como Presidente da Câmara tudo tinha feito para trazer investidores na área da energia, seja ela hídrica, eólica ou solar. Informou que foram alguns os empresários que se deslocaram a Vimioso. Quanto ao parceiro em questão para a mini-hídrica em Algosó, informou que percorrera com ele os três rios que atravessam o concelho bem como algumas ribeiras (ex.: Avelanoso). Após essa análise a empresa concluiu que o local mais viável em termos económicos era no Angueira, em Algosó, referindo que podia ter sido qualquer outro local. Sublinhou que a HIDROERG possui várias mini-hídricas donde têm muita experiência no sector daí que a localização em Algosó era da sua responsabilidade, justificada em

termos económicos. ----- Interveio o senhor deputado Aníbal do Rosário. Mostrou a sua indignação pelos factos transmitidos pelo senhor Presidente da Câmara, considerando que o Poder Central continua, a desprezar o nosso concelho. No entanto, reportou para a acta da sessão anterior em que, no final duma intervenção o senhor deputado Acácio Fernandes dizia “ o verdadeiro transmontano nunca desiste, é persistente. Continuamos a lutar porque estamos cá”, para dizer que apesar da frustração e do desânimo que a inviabilização da mini-hídrica podia e certamente causava, não devíamos deixar de continuar a reivindicar esse investimento. Quanto à localização da mini – hídrica foi da opinião que havia vários locais possíveis, bastava percorrer o concelho pois que, era a própria natureza que se encarregava de dizer onde é que podiam ser feitas, sendo que Algosó era um desses locais. Disse não compreender o porquê de tantas restrições ao desenvolvimento do concelho, designadamente a nível da produção de energias limpas tanto mais que é um objectivo a que o País está obrigado. Finalmente propôs que, dada a riqueza do conteúdo da acta anterior fosse dado conhecimento da mesma, através do envio de cópia, ao Senhor Governador Civil e aos senhores deputados eleitos pelo distrito por forma a serem informados de que aqui há gente que se interessa pelas questões públicas a fim de, nas suas funções terem em conta a opinião e o sentimento desta Assembleia. -----

----- No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel, referiu que: “isto de dizer que ficamos tristes é muito pouco. Para mim isto é uma revolta. Não admira que todos possamos fugir daqui. Se assim continuarmos isto acaba! Eu nunca fui a nenhuma manifestação, mas, se calhar, é caso para pensar já nisso. Lembro-me, por exemplo, de um deputado quando foi na ponte vinte e cinco de Abril passou lá a apitar e sem pagar e ele subiu por aí acima. Vamos nós também revoltarmo-nos de maneira a que alguém nos ouça ou nos veja”. -----

----- O senhor deputado Luís Diz, na sua intervenção, elogiou o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, mas, também ele se mostrou desapontado com todos os entraves que se colocam ao desenvolvimento do concelho. Considerou que deveria existir uma forte união entre todos, fundamentalmente deputados municipais, para, em conjunto com a Câmara Municipal lutar pelo concelho como um todo, deixando de lado os pequenos

interesses individuais. Referiu que a revolta manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara, ele próprio a sentia enquanto empresário em nome individual em Vimioso. Sublinhou que há cada vez menos possibilidades dos jovens se fixarem e gerarem riqueza. Continuou dizendo que, na sequência da opinião do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel, deveria fazer-se uma manifestação pacífica para transmitir ao Governo que somos portugueses, caso contrário, se não nos tratarem como tal, que nos passem para a Espanha. Sublinhou que o concelho tem potencialidades para instalar várias mini-hídricas, donde dever-se-ia lutar para conseguir esses investimentos. Transmitiu ao senhor Presidente da Câmara que estava solidário com ele incentivando-o a não desistir da mini-hídrica. -----

Interveio o senhor Vice-Presidente no sentido de esclarecer que o facto de a HIDROERG ter escolhido Algosó para a localização da mini-hídrica, tinha unicamente a ver com questões de viabilidade económica do investimento que passam pela localização mais próxima da sub-estação à qual será ligada a energia produzida e que é a sub-estação de Tó no concelho de Mogadouro. Acrescentou que sendo o investimento na ligação à rede muito elevado, quanto mais próximo for o ponto de recepção mais económico se torna o projecto. Neste sentido considerou que uma das reivindicações que se deveria fazer era justamente a da instalação de linhas de média e alta tensão para transporte da energia que se viesse a produzir no concelho. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, disse: “ andamos sempre aqui em várias reuniões a malhar no Governo, no Poder Central. Há uma coisa que este Governo tem que outros Governos anteriores ainda não tinham feito, que é um Plano Nacional de Barragens, onde já estão pré-definidas dez barragens pelo menos, no mínimo. Portanto, este Governo já tem uma orientação para este tipo de situações. Outros Governos não o fizeram. Nunca vi isso ser salientado aqui relativamente às barragens. Portanto, não fazem tudo de mau, também há algumas coisas positivas”. -----

----- Interveio, de novo, o senhor Vice-Presidente. Disse:” concordo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira. Agora seja coerente, defende que devemos defender as questões locais e, agora defende as nacionais, vejam a incoerência! Concordo que tem que haver um plano nacional de barragens, mas esse plano nacional de barra-

gens já vem sendo definido desde mil novecentos e noventa e oito. Congratulome que de facto agora avance mas é um plano que já vem pelo menos desde mil novecentos e noventa e oito, foi pena que demorasse dez anos a ser concretizado como demoram outras coisas. Eu sou daqueles que quando as coisas correm bem as louvo, quando correm mal as critico e, é assim que temos que estar.” ----- O senhor deputado Vítor Paiva, no uso da palavra disse:” eu penso que se o Governo Central souber de uma coisa destas até tomará a iniciativa para que a barragem se construa a (mini-hídrica). Estou convencido, depois de ouvir tantos discursos do Primeiro-Ministro (toda a gente sabe que não é da minha simpatia) mas esta justiça se ele souber disto fará tudo para que a mini – hídrica avance porque ele é desse género.” -----

----- Dada a palavra ao senhor deputado José Luís Rodrigues, na sequência da intervenção do senhor deputado Vítor Paiva e, sendo público o interesse do Governo e do senhor Primeiro-Ministro pelas energias renováveis questionou se realmente era só a toupeira ou se haveria outros motivos (estudos de viabilidade) que impossibilitavam a construção da mini-hídrica.” Relativamente às auto-estradas de energia eu tenho a dizer-lhe senhor Vice-Presidente, o nordeste transmontano concretamente a região do Douro é a zona do País que mais energia produz, nós temos três grandes auto-estradas de energia; o Douro produz a maior parte da energia. Sou favorável à construção dessa mini – hídrica assim como sou favorável à construção de outras barragens. Essa é para o fornecimento de energia eléctrica, as outras que eu tenho defendido aqui muitas vezes são para um bem não menos importante que é a água que consumimos. Gostaria que também houvesse a preocupação aqui nesta Câmara relativamente a essas, àquelas que nos podem dar água de qualidade, porque é preferível bebermos uma água que não esteja contaminada do que andarmos a tratar água para depois a bebermos. Já disse aqui várias vezes, nós preocupamo-nos mais com aquela água que já foi bebida.” -----

----- Interveio o senhor deputado Luís Diz para questionar o senhor deputado José Luís Rodrigues acerca das contrapartidas para a região da energia que produz.” Eu concordo que nós tenhamos aqui na nossa zona, e disse-o há bocadinho, uma zona por excelência em termos de energia e de produção de energia, e agora faço uma pergunta, quais as contrapartidas dessa nossa riqueza que temos dado ao País?” -----

----- Na sua intervenção o senhor deputado António Frias disse: eu não sou contra as mini-hídricas e quantas mais melhor, mas já vim aqui várias vezes defender que desde o início do Rio Angueira por todo o leito é uma riqueza de hortas para os agricultores. Vim aqui dizer que o clima está a secar os nossos rios e que convinha a montante fazer um grande lago e fazer, a todo o leito do rio, um regadio até talvez onde as hortas fossem rentáveis, isso é que era uma riqueza para os agricultores e a Câmara de Vimioso devia ser uma das principais impulsionadoras desta ideia porque os rios secam. Que adianta fazer barragens em Algosos se depois secam nos três meses de Verão e conforme o tempo vamos ter maior seca se não tivermos a montante do rio que nos mande água para baixo?” -----

----- O senhor Vice-Presidente no uso da palavra referiu que relativamente ao senhor deputado José Luís,” no geral concordamos, mas quero-lhe dizer que Mogadouro tem previstas para a serra da Castanheira a colocação de mais antenas eólicas e não o faz porque não pode ligar à rede que está superlotada. As linhas que vêm do Douro são para as barragens do Douro, exclusivas. Se quiser fazer aqui uma estação de foto voltaicos não o faz porque não tem ligação à rede. Este é o grande problema que todos os Presidentes de Câmara do distrito já reivindicaram junto da REN, junto do Ministério da Economia, - ligações à rede. O mais difícil para a mini-hídrica foi conseguido, que foi o investidor abdicar de uma outra autorização que tinha noutra localidade do País em troca desta e a Direcção Geral de Energia concedeu essa troca. Agora o grande problema é o ambiente. Na minha opinião, eu vou dizer-lhe qual é o outro problema, é de facto a toupeira, é o bucho, se calhar esses são pretextos do ICNB. Mas estamos a falar de uma Instituição Estatal! Porque, se numa primeira fase não viu qualquer problema, como é que o vê agora, se a localização são noventa metros a montante? Não tem que haver. A grande questão é a barragem do Baixo Sabor. Essa sim vai trazer grandes impactos ambientais como sabemos. Eu defendo a barragem do Baixo Sabor. Com os impactos ambientais que vai trazer, vem agora o ICNB dizer que já são tão grandes aqueles, vamos evitar outros a montante e portanto essa é a grande questão, e os grandes interesses sobrepõem-se aos pequenos interesses. Relativamente à água que consumimos quero dizer-lhe que fomos com a técnica do ICNB, eu e os técnicos da Câmara e da empresa que ganhou o concurso

para altear a ETA do Maçãs. Não imaginam os problemas que nos estão a pôr. Estávamos a pensar altear três ou quatro metros já se reduziu para dois para ver se os impactos são menores. Quanto à retenção da água para hortas eu concordo perfeitamente, mas também estamos a fazer outra coisa que também achamos que é importante. Oxalá que a candidatura venha aprovada. Não adianta aos agricultores produzirem muita horta, se depois não vendem os produtos. Estamos a trabalhar em candidaturas de INTERREG juntamente com Mogadouro, Miranda do Douro e Póvoa de Lanhoso no sentido de começarmos a trabalhar na certificação de produtos biológicos, porque tudo o que nós produzimos pode-se dizer que é quase tudo biológico, falta a certificação e aí se as pessoas souberem que têm escoamento para os seus produtos vão trabalhar. Recordo que, ainda na última reunião de Câmara, foi aqui elogiado um aproveitamento de água em Serapicos e que já está lá a tentar fazer um sistema de regadio. Portanto, nós estamos a trabalhar exactamente nessa perspectiva que é de enriquecimento e valorização da nossa agricultura.” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires. A propósito dos regadios referiu que” se o regadio tradicional de Angueira estivesse activado pouparia mais de um milhar de contos na gasolina e petróleo consumida pelos motores de rega. Relativamente à mini-hídrica eu lançaria aqui um repto a todos. Já que somos todos amigos do concelho, queremos que o concelho se desenvolva vou propor aqui se calhar uma forma de sermos ouvidos a nível nacional: Porque não abdicarmos das senhas de presença desta Assembleia de hoje, aproveitando para pagar à comunicação social para que divulgue a notícia que estamos insatisfeitos e que precisamos desta barragem a todo o custo, o mais rápido possível. Porque não abdicarmos hoje da senha de presença todos e utilizar essa verba nessa finalidade. Ir para a comunicação social, nem que tenhamos que pagar isso, divulgar este assunto.” -----

----- Interveio o senhor deputado José Carlos Gonçalves. Referiu que” o senhor Vice-Presidente deu a explicação daquilo que sucede relativamente à construção da barragem do Baixo Sabor. Está mais que justificado. Tenho sérias dúvidas que esta mini-hídrica, por esse motivo, alguma vez vá a ser construída. Oxalá ela seja construída e acho que estamos todos aqui para lutar por ela e somos favoráveis à sua cons-

trução. Queria questionar, se foi produzido algum documento em reunião de Câmara relativamente a este tema, porque aqui diz: seja produzida uma declaração que esteja reconhecida o inquestionável interesse público do projecto. Não basta só nós dizermos que aprovamos o inquestionável interesse público, é preciso justificar exactamente porque é que ele é realmente inquestionável, se achamos que basta só essa declaração não há problemas.” -----

----- O senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção concordou com a proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, contudo, disse que se deveria aguardar pelo despacho do senhor Secretário de Estado do Ambiente. Mostrou alguma confiança na viabilização da mini-hídrica, no entanto, caso o despacho fosse desfavorável, aí sim, dever-se-iam equacionar outras formas de luta. Relativamente aos regadios tradicionais e à importância que eles representam, recordou que a Câmara Municipal em conjunto com a junta de agricultores de Vila chã tinham recuperado o regadio existente nessa localidade. -----

----- Solicitou e foi autorizado a intervir o senhor Vereador Jorge Fernandes. Disse:” a mim não me parece de bom tom que a gente se manifeste nesta fase do processo, que venha para a comunicação social, protestar essas questões ambientais como sendo impeditivo do não desenvolvimento do projecto e de não levarmos o projecto até ao fim. Porque é que eu digo isto? Parece-me mais de bom tom esta Assembleia e a Câmara, em conjunto, redigirem um documento que seja aprovado aqui em plena Assembleia e fazermos, em conjunto, chegar a nossa preocupação relativamente ao não desenvolvimento desse projecto ao Presidente do ICNB. Mas afinal a opinião de uma técnica do ICNB, (com o devido respeito) e com a devida competência que terá, eu não sei quem é, está acima da decisão do ICN a nível nacional e do Ministério do Ambiente. Se nós manifestarmos a nossa preocupação que é um projecto de interesse de desenvolvimento para o concelho, redigindo um documento com todos os fundamentos que deve ter e fazê-lo enviar para as entidades que devemos enviar, não é pela simples existência de uma toupeira ou de um bucho que haja alguma dificuldade, até porque houve um parecer positivo anteriormente a este. Tudo bem que os critérios mudaram, esse é o argumento se calhar para justificar mudar o parecer. Mas parece-me que é mais coerente, e neste ponto que fique aqui muito assente, há união,

penso eu de todos os elementos que estão aqui nesta Assembleia, apelar ao desenvolvimento do concelho, isso é ponto assente. Portanto eu penso que essa será, e o senhor Presidente da Câmara acabou também por referir isso, a forma mais coerente de o fazermos e de levarmos isso se calhar a outro nível, a outro patamar e aí conseguirmos por todos ultrapassar essa situação que à partida aparentemente se está a mostrar algo prejudicial. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara para informar que, juntamente com o seu colega Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, tiveram reuniões com o Director do ICNB do Norte no sentido de o sensibilizar para a importância do projecto. Informou ainda que fora solicitada audiência com o senhor Secretário de Estado do Ambiente o qual respondeu que só os receberia após pronúncia do despacho. Reforçou que a declaração de reconhecimento do inquestionável interesse público do projecto é mais um instrumento para afirmarmos a importância que tem para a autarquia. Apelou a que se mantivesse a calma e aguardar pelo despacho do Ministério do Ambiente. -----

No uso da palavra o senhor deputado Luís Diz mostrou total concordância com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, quanto à defesa das formas de luta mais efectivas e sobretudo com mais visibilidade. Defendeu que deveríamos deixar de ser os bem educados, porque da boa educação não tínhamos tido qualquer resultado. Mais do que os jornais, defendeu que se deveria mostrar a nossa revolta nas televisões mostrando a injustiça que se está a fazer para com o concelho. A título de exemplo referiu que, também os professores só com manifestações é que conseguiram fazer-se ouvir. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três
Ponto Nove) – Apreciação e Votação dos Mapas Gerais de Bens do Património Municipal. -----

O senhor Presidente introduziu este ponto explicando que se reportava aos bens que fazem parte do activo imobilizado da Câmara cujo registo é anualmente actualizado. Na ausência de intervenções foi colocado o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três
Ponto Dez) – Apreciação e Votação dos Estatutos da Associação (ADER)

Agência de Desenvolvimento Económico da (RATM) Rota do Azeite de Trás-os-Montes. -----

Introduziu este ponto o senhor Vice-Presidente. Reportou para os estatutos (na posse dos membros da Assembleia) e sublinhou a importância de a Câmara Municipal se associar pelo facto de o concelho ter uma considerável área de olival e portanto de produção de azeite. Não se registaram pedidos de intervenções, pelo que o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três Ponto Onze) – Apreciação e Votação do Relatório de Contas por Auditor Externo. Análise Económico-financeira, e Certificação legal de Contas. ----

----- O senhor Vice - Presidente introduziu este ponto recordando que por imposição da Nova Lei das Finanças Locais as contas do Município têm de ser auditadas por um auditor externo, sendo que os documentos apresentados dizem respeito ao respectivo relatório cujo parecer é positivo. Não houve pedidos de esclarecimento, pelo que o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação este ponto. Foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três Ponto Doze) – Apreciação e Votação do Regulamento para alienação de lotes de terreno do Loteamento de S. Vicente em Vimioso. -----

----- Pelo senhor Vice-Presidente foi introduzido este ponto tendo referido que o regulamento em questão, em síntese, determina as condições de acesso/compra dos lotes que virão a estar disponíveis no loteamento S. Vicente. Informou que está em curso todo o processo de alteração do loteamento e que, após essa conclusão, com a aprovação deste regulamento se poderia iniciar a venda de lotes. Sublinhou o grande objectivo desta iniciativa: fixar e atrair gente ao concelho. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina. Considerou que o facto de o preço de venda ser de um cêntimo o metro quadrado, essa situação originaria guerras, quezílias no sentido de que haveria muitos candidatos à compra de lotes, sendo a selecção dos mesmos dificultada. Defendeu que o preço a praticar deveria ser mais elevado até porque responsabilizaria mais as pessoas evitando mesmo o incumprimento dos requisitos impostos, ao longo do processo. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara dizendo que

ao ter-se colocado o preço a um cêntimo o metro quadrado se procurava criar , de alguma forma, um mote simbólico. Considerou que eram riscos que tinham de se correr, considerando ainda que este tipo de medidas deveriam ter sido tomadas há vinte ou trinta anos, altura em que ainda havia bastante gente, de forma a fixá-la. Sublinhou que esta medida/iniciativa surge na sequência da política adoptada para promoção da zona industrial a qual ainda só não tem mais investidores porque as candidaturas ao QREN estão muito atrasadas. Recordou que esta iniciativa não era original tendo dado os exemplos de Nelas e Bragança onde há muitos anos atrás se tomaram medidas análogas. Sublinhou ainda que a Câmara Municipal, a fim de uniformizar as construções e facilitar todo o processo aos eventuais interessados, fornecerá, com a venda do lote o respectivo projecto de construção totalmente licenciado. Quanto à atribuição dos lotes reportou para o regulamento para dizer que só podem ser atribuídos a quem reúna os requisitos nele estabelecidos. Disse esperar que haja muitos interessados, que os lotes se vendam todos, sendo que, se isso acontecer, a Câmara tudo fará para continuar com essa medida promovendo a construção de outro loteamento. Mostrou confiança no sucesso desta medida tal como na zona industrial, considerando que é fundamental criar postos de trabalho, fixar gente jovem e que, para isso, a Câmara tem de correr riscos, tem de ser audaz, caso contrário não só as coisas ficam na mesma como pioram. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, disse:” relativamente a este ponto concordo com a cedência dos terrenos para construção de habitações a um cêntimo, aliás como já se fez com a zona industrial. Penso que será uma medida talvez não a curto prazo, talvez a médio ou longo prazo que irá resultar. Agora o que me preocupa continua a ser a falta de emprego, a falta de postos de trabalho. Aí sim, acredito que levaria muita gente a fixar-se em Vimioso. Assim fico de certa forma céptico relativamente às pessoas que querem construir em Vimioso. Quando o parque industrial estiver a funcionar a cem por cento aí sim, acredito que haja pessoas que se queiram fixar em Vimioso e que queiram construir aqui no nosso concelho. Agora eu dava outra sugestão, talvez pensar, porque não em Argoselo que é uma vila que está próxima de Bragança, porque não pensar também em construir um loteamento com esse propósito e tentar atrair pessoas de Bragança para o

nosso concelho, seria talvez mais fácil elas fixarem-se em Argoselo. Argoselo está hoje a quinze minutos de Bragança ou pouco mais, seria aí uma solução mais rentável penso eu. Para Vimioso, aguardamos não sei se as pessoas estão a pensar fixar-se cá, mas eu seria uma delas se tivesse aqui um posto de trabalho.” ----- No uso da palavra o senhor deputado José Luís Rodrigues referiu que:” a filosofia é muito boa e eu concordo plenamente. Só que, pode trazer vantagens e desvantagens. Poderá também haver o risco de haver uma chamada ou uma afluência de pessoas ao concelho (vila) com uma desertificação cada vez maior das aldeias. Eu estou a ver, por exemplo, a minha situação: de acordo com os critérios que já são conhecidos eu sou um dos potenciais candidatos, trabalho em Vimioso, não tenho casa em Vimioso, tenho casa em Angueira. Ora, em termos de fixação de pessoal ao concelho isso não vai beneficiar rigorosamente nestas situações, vai sim trazer pessoas para a vila mas pode ser à custa da desertificação cada vez maior das aldeias. É a minha maneira de ver. Mas isto não era o que me trazia cá, o que me trazia cá é o ponto número cinco onde se refere o preço do lote para habitação, será vendido a um cêntimo o metro quadrado incluindo o projecto de arquitectura tipo projecto de especialidade definido pela Câmara Municipal de Vimioso e aprovado nos termos do regulamento do loteamento. Isto à partida, quer dizer que tudo está definido e que as casas são casas tipo. Gostava de saber, pelo menos uma explicação, que tipo de casas são, se tem um ou dois pisos, quantos aposentos se fosse possível que nos dessem uma explicação, se são geminadas ou não.” ----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Relativamente à sugestão deixada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, informou que já tinha sido equacionada a hipótese de iguais medidas para Argoselo. No entanto chamou a atenção para o facto do mercado, em Argoselo, estar a funcionar como aliás acontece em Carção onde existe um loteamento com cerca de trinta lotes. Relativamente ao senhor deputado José Luís Rodrigues, respondeu que preferia vê-lo a construir uma casa em Vimioso do que em Bragança. Defendeu que o pensamento e a tónica do desenvolvimento têm de ser feito em termos de concelho no seu todo e não em cada aldeia em particular. Sublinhou que ao construir-se no concelho está-se a evitar a saída de investimentos para fora do mesmo. Quanto ao projecto das casas (o senhor Vice-

Presidente mostrou o projecto de arquitectura) referiu que se trata de casas em banda portanto geminadas, de rés-do-chão e primeiro andar de tipologia T Três. Informou que o exterior não pode ser alterado, ao contrário do interior onde cada proprietário pode fazer adaptações. -----

----- Interveio o senhor deputado Luís Diz. Elogiou a iniciativa da Câmara Municipal. No entanto defendeu que a aquisição de terrenos deveria ser facultada a jovens que não vivendo nem trabalhando no concelho quisessem aqui construir e viver. Exemplificou com o caso de um jovem que trabalha em Mogadouro, vive numa casa alugada, mas que gostaria de construir em Vimioso nas condições que a Câmara oferece. Perguntou se pode esse jovem aceder a um lote do projecto em questão. -----

----- Novamente no uso da palavra o senhor deputado José Luís Rodrigues, referiu que a intervenção e a questão do senhor deputado Luís Diz não faziam sentido pois que, o regulamento publicado e que esteve em fase de discussão não permite as situações por ele apresentadas. Neste sentido apelou para que o regulamento fosse efectivamente cumprido e tivesse força de lei, para que não acontecer o que aconteceu com os regulamentos da zona industrial. Continuou dizendo que:” já aqui duas ou três vezes critiquei aqueles regulamentos que não foram cumpridos na zona industrial e não gostaria de um dia mais tarde vir aqui também pelo incumprimento deste. O primeiro regulamento que houve no primeiro loteamento da zona industrial dizia que era intransmissível, intransmissível a propriedade. Só era transmissível por morte, por morte, só por isso, não havia hipótese.” -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, pediu a palavra para esclarecer que estava totalmente de acordo com a iniciativa. Apenas colocava reservas quanto ao preço do terreno por uma questão de responsabilizar as pessoas, temendo que a Câmara viesse a ser confrontada com problemas de incumprimento do regulamento. Considerou que os lotes da zona industrial e os lotes em questão são realidades completamente distintas, já que os primeiros destinam-se a investimentos ao passo que os lotes para habitação a estes preços e nestas condições pode levar famílias/pessoas a iniciarem construção e depois terem dificuldade em concluí-las, criando-se problemas. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires. Compreendeu

e concordou com a posição defendida pelo senhor deputado Luís Diz procurando fazer com que as pessoas não residentes nem a trabalhar no concelho pudessem adquirir lotes, contudo foi da opinião que numa primeira fase, dever-se-ia dar prioridade aos do concelho. Não obstante considerou pertinente vir a equacionar-se a hipótese de aquisição de terrenos a outras pessoas, obrigando-as a recensearem-se no concelho, podendo, desta forma, com a sua residência, vir, mais facilmente a investir / trabalhar no concelho. -----

----- O senhor deputado Manuel Oliveira interveio, dizendo que concordava com a iniciativa, defendendo que ela devia ser alargada a Argozelo. Questionou se um jovem que trabalha na agricultura mas que não tenha contrato de trabalho pode ou não candidatar-se a um lote/casa, mesmo que residente e a trabalhar no concelho. -----

----- No uso da palavra. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel, mostrou a sua concordância com a iniciativa fundamentalmente porque procura fixar e atrair pessoas. Contudo, e pensando na sua freguesia, em que há casas degradadas que deveriam ser restauradas, questionou e referiu que às pessoas que pretendessem aí construir lhes fosse dado o projecto e facilitado todo o licenciamento. ----- Na sua intervenção o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, referiu que a sugestão do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel, fazia todo o sentido. Justificou dizendo que “ se as pessoas vêm das aldeias a investir a Vimioso e depois têm que ir novamente para a aldeia no fim de semana porque têm lá os terrenos, então porque não fazer logo o investimento na freguesia deles? Ajudar as pessoas nisso, na transmissão nas finanças, dos bens terrenos e facilitar um bocado a vida às pessoas relativamente à reconstrução de casas antigas e dar esse apoio que se dá aí no loteamento, dá-lo nas freguesias. Eu não concordo com a questão do preço a um cêntimo o metro quadrado, não concordo, sempre o disse, na zona industrial também nunca concordei que fosse a um cêntimo o metro quadrado. Não é por ser a um cêntimo o metro quadrado que traz mais gente a investir cá. O investimento cá em Vimioso só se faz se as pessoas que estão cá em Vimioso continuarem a morar cá, as que estão cá a trabalhar e não saírem de cá a maior parte delas. Parece que é hábito agora, mesmo quem tem casa em Vimioso vai dormir a

Bragança é mais bonito é cidade! Relativamente ao loteamento e à construção das casas tipo, não seria preferível arranjar de forma a fazer tudo de uma só vez, se calhar já não era loteamento, mas sim urbanização. Relativamente às questões que temos aqui levantado só acontecem porque quando estamos a discutir os assuntos não são bem discutidos, andamos sempre à pressa a discuti-los. Hoje o que aconteceu nesta Assembleia toda a gente viu, discutimos um assunto, trazemos vinte pontos para tratar, nós só temos tempo para tratar cinco, temos que os tratar mal. Depois acontece isto esta série de dúvidas que se apresentam.” -----

----- O senhor deputado Luís Diz disse concordar com os senhores Presidente da Junta de freguesia de Campo de Víboras e de Angueira. Nessa sequência e uma vez que nas aldeias existem muitas casas devolutas, sugeri que as freguesias criassem um site na Internet onde fossem publicitadas essas casas, podendo assim vir a ser adquiridas por eventuais interessados a exemplo do que aconteceu em Vale de Algosos. -----

----- No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara referiu que todas as posições /sugestões fazem sentido desde que haja razoabilidade na sua aplicação. Mostrou abertura para vir a equacionar eventuais apoios à reconstrução de casas antigas, desde que legais e razoáveis. -----

----- Interveio o senhor Vice-Presidente. Referiu que toda a Assembleia considerava a iniciativa positiva e esse era o facto mais importante até porque todos concordavam com a necessidade de fixar e atrair pessoas no e ao concelho. Referiu que se esta medida pudesse ser estendida a todo concelho seria excelente mas não era fácil nem exequível. Quanto ao facto de a Câmara oferecer projecto e licenciamento às casas a recuperar nas aldeias uma vez que faz o mesmo para o loteamento S. Vicente, disse que as coisas não podem ser vistas nem equacionadas dessa forma pelo simples facto de que, para o loteamento era feito um projecto que servia para trinta casas, enquanto que nas aldeias cada casa exigiria um projecto diferente situação de todo inviável. Mais ainda, o objectivo de oferecer os projectos para as casas do loteamento é o de uniformizar a construção evitando a descaracterização futura do loteamento. Relativamente às sugestões de alargar a iniciativa à Argozelo, informou que apresentaram a ideia ao senhor Presidente da Junta de Freguesia, Luís Rodrigues, designadamente para ser implementada na cortinha propriedade da Jun-

ta de Freguesia. Sublinhou que este tipo de iniciativa só é viável em loteamentos e não para casas devolutas que considerou importante e urgente serem recuperadas. Quanto às preocupações apontadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, esclareceu que o regulamento já prevê essas situações apontadas uma vez que é possível vender o lote /habitação a pessoas que reúnam as condições, mesmo no período inferior a dez anos. Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, concretamente quanto ao facto de a ordem de trabalhos ser extensa e não haver tempo para discussão, e por conseguinte, muitas dúvidas, referiu que não fazia qualquer sentido uma vez que a Assembleia pode estender-se por mais de um dia. Além disso exemplificou com o regulamento em discussão dizendo que estivera trinta dias para discussão pública donde, não fazia sentido algum dizer que era discutido à pressa. Não aceitou que o facto de existirem muitos pontos na ordem de trabalhos inviabilizasse a discussão dos mesmos, referindo inclusive que a maioria dos pontos são aprovados por unanimidade. ----- Na sua intervenção o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Matela, César Rodrigues referiu: “ sou a favor evidentemente desta urbanização. É pena que não haja mais em Vimioso. Temos que analisar friamente. Temos a tendência, se calhar, porque isto é uma tendência humana analisarmos o desenvolvimento principalmente de uma forma muito lírica. Se calhar tem a ver com a natureza humana, porque se analisarmos friamente nós sabemos muito bem que as aldeias têm que diminuir em mais de cinquenta por cento da população. Não temos hipótese nenhuma. Temos que criar uma ou duas vilas que tenham mais população para podermos ter conceitos de mercado regional para podermos ter, para podermos libertar por exemplo: que tem sido um erro estratégico de todos os governos dar-nos projectos de investimento para comprar um tractor a um indivíduo que é funcionário público ou reformado. Isso não há país nenhum no mundo que o faça. Ou temos uma estratégia fria de desenvolvimento e as aldeias vão ter que se desertificar ainda mais. Olhamos para o caso espanhol: o Franco concentrou a população em cidades e vilas, as aldeias estão mortas, morreram todas mas têm dimensão económica e tem desenvolvimento económico. Nós temos as nossas aldeias, se formos falar em termos agrícolas que temos propriedades devolutas, temos propriedades que as pessoas não as

vendem, nem as arrendam, nem nunca as vão libertar porque não temos uma estratégia fria. Isto é que é a realidade da questão, nós temos que ter uma estratégia fria e não esta estratégia tão lírica que temos, de desenvolvimento. As aldeias vão ter que reduzir e isso é inevitável, muitas se calhar vão ter que desaparecer, porque não há sustentabilidade. Estão lá as pessoas reformadas, a maior parte da população que existe é reformada, e ainda bem que têm poder de compra, mas essas pessoas actualmente, eu se calhar sou polémico no que digo, mas essas pessoas, a maior parte no que respeita ao em desenvolvimento agrícola foram o principal entrave. A concentração das pessoas nas vilas em dois ou três pontos é essencial para o desenvolvimento do concelho.”

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto à votação. Foi aprovado por maioria com a abstenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires. Posto à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Três Ponto Treze) – Apreciação e Votação do Relatório de Gestão 2007 da “Vimioso 2003 – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, E.M.”**-----

----- Introduziu este ponto o senhor Vice-Presidente. Referiu que “ a exemplo de anos anteriores está aí o relatório da empresa municipal. Como vêm tem aí no final os pareceres do revisor oficial de contas e do técnico de contas e poderemos verificar que este ano, na página vinte e nove, há um saldo positivo de onze mil seiscentos e noventa e dois euros e sessenta e três. Relembrar que a empresa municipal continua na generalidade a cumprir as funções e os objectivos para que foi criada.”-----

----- Não tendo havido pedidos de intervenção, pelo senhor Presidente da Assembleia foi colocado este ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Três Ponto Catorze) – Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- No uso da palavra, o senhor deputado António Frias apresentou o seguinte problema: “ indo para o meu bairro há ali uma rotunda que fica mal, está fora do eixo da via. Estão todas as rotundas bem tratadas e aquela mete nojo. Tanto aquela como um cubículo, um triângulo, que ali existe. Dá-me a impressão que a Câmara não tem trabalhadores ou então tem que os meter,

porque aquela rotunda nunca foi tratada. Eu pago impostos como qualquer cidadão a nível de concelho e não sei porquê que para ali não há jardins não há nada.” -----

----- O senhor deputado Vítor Paiva fez a seguinte intervenção:” senhor Presidente queria questioná-lo acerca do acesso ao IP4, há alguma resposta. Tudo na mesma como dantes, como o acesso ao IP4 continua tudo na mesma por causa do rato, da cegonha e não sei que mais, eu quero deixar à consciência de cada um que pense e medite ao ouvir, e ninguém desmentiu, dizer que Lisboa é a capital europeia com maior número de auto-estradas e em contrapartida metade de Lisboa é rodeada de rio ou de mar não é só de terra. Além disso vimos o lançamento de uma nova ponte que hoje está em discussão entre Chelas e Lisboa, temos a criação de uma outra auto-estrada no oeste que já tinha uma auto-estrada, já vai ter a segunda. Isto quer dizer que continuo a manter a minha filosofia de que Lisboa é Portugal, o resto nem arredores são. Posto isto fica à consideração de cada um para avaliar o quê que nós temos na interioridade. Na década de sessenta e setenta a Europa não construiu barragens, a Europa não foi só Portugal, porquê? Porque estavam todos virados para o petróleo, o petróleo era a dez tostões, ainda me lembro (porque já sou um bocado velho) de dizer meta vinte escudos para atestar o depósito, vinte escudos para atestar o depósito porquê? Era barato. As barragens que temos foram construídas na década de cinquenta e princípio da década de sessenta. Daí para cá não houve mais barragens, não houve um plano de barragens. Agora que nós vemos que o petróleo está caro, temos de nos virar para as energias renováveis. Outro assunto é o Alqueva, porquê que o Alqueva alterou, dizem eles o aspecto toponímico e tudo isso. O Alqueva continua, e então nós com uma barragem tão pequena, que não se compara ao Alqueva põem-nos tantas dificuldades. Eu não sei em que país estamos. Eram estes pontos de consideração que eu queria fazer sobre o ponto de vista histórico.” -----

----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Relativamente às questões colocadas pelo senhor António Frias referiu que a rotunda já existia aquando das obras do Bairro S. Vicente. Aceitou que a rotunda não tivesse a melhor implantação, situação que teria e iria ser ponderada. Concordou acerca da necessidade de embelezar / tratar a rotunda e o próprio bairro. Acerca das questões

levantadas pelo senhor deputado Vítor Paiva relativamente à ligação Vimioso / Outeiro informou que a Câmara oficiava o senhor Primeiro - Ministro., o senhor Ministro das Obras Públicas e a Estradas de Portugal no sentido de ser informada acerca do ponto da situação. Como, após segunda insistência, não se obteve resposta, foi dado conhecimento das ocorrências ao senhor Presidente da República. Coincidência ou não, passados quinze dias recebe resposta do Senhor Primeiro – Ministro e da Estradas de Portugal! Curiosamente as respostas acerca do ponto da situação do senhor Primeiro – Ministro e das Estradas de Portugal são diferentes! -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão. Questionou acerca de qual o ponto da situação relativamente ao problema das casas devolutas e se vão ser aplicadas multas aos proprietários. Questionou acerca dos vendedores ambulantes sem licenças tendo referido que apesar de multados continuam a vender na sua freguesia. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara. Quanto ao problema das casas devolutas informou que os proprietários estão a ser notificados e sempre que o perigo é maior a Câmara faz ou manda fazer a demolição, apresentando, depois, a factura ao proprietário, sublinhando que se procurava sempre consensualizar com os proprietários. Sobre os vendedores ambulantes referiu que têm de cumprir a lei ou seja, ter cartão, caso contrário são multados, não sendo fácil evitar, apesar das multas, a sua insistência em vender, mesmo que ilegalmente. -----

Novamente no uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão, Manuel Padrão, mostrou e reforçou a sua preocupação com os vendedores ambulantes ilegais, referindo que os comerciantes da aldeia já lhe haviam mostrado o seu descontentamento, donde sugeriu maior vigilância por parte das autoridades bem como o aumento do valor das coimas. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, colocou o problema da iluminação pública na sua freguesia referiu que “ há pessoas que lhe têm pedido, a verdade é esta, passa-se nas ruas durante a noite, e há várias lâmpadas fundidas já alguns meses. Chegam a estar dois e três meses fundidas. Não dão a volta não sei porquê, mas não costumam passar como passavam antes. De há um ano para cá ou talvez mais, está-se constantemente sem luz durante alguns meses. Queria fazer duas perguntas relati-

vamente aqueles projectos que eu tenho vindo aqui a pedir, em que ponto está a situação, se já haverá possibilidade de apoio ou não. Nós estamos a precisar de dinheiro e relativamente aquelas manilhas que eu pedi na altura do Carnaval, disseram-me que o engenheiro iria passar lá, não sei se já passou, nem se não passou, não sei em que ponto está a situação.” -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara respondeu que a iluminação pública é da responsabilidade da EDP. Acrescentou que qualquer pessoa pode fazer a reclamação à EDP. Referiu que sempre que é pedido à Câmara Municipal para o fazer de imediato é oficiada à EDP para resolver os problemas. Relativamente aos apoios referiu que vão sendo atribuídos dentro, daquilo, que é possível. Quanto às manilhas respondeu que já há anos que a Câmara não as dá, até porque muitas vezes nem sequer eram utilizadas. Lembrou a propósito do facto de ser a Câmara a fazer fornecimentos de materiais para as juntas, que uma certa altura, justamente em Angueira, vira sacos de cimento totalmente estragados. Concluiu dizendo que sempre que a Câmara considera importante aplicar manilhas, fá-lo ela mesma, sendo de admitir que em situações de emergência a Câmara possa fornecê-las, sendo que só em casos excepcionais. -----

Interveio o senhor deputado Luís Diz. Quanto à questão das casas referiu que quando interveio anteriormente foi no sentido de promover a recuperação das que estão devolutas comungando da preocupação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão. Sublinhou que concordava com a iniciativa da Câmara relativa ao Bairro S. Vicente. Questionou qual é o ponto da situação relativamente aos espanhóis a quem foram facultados trinta mil metros de terreno na zona industrial com o objectivo de, com o seu investimento, valorizarem os produtos regionais. A este propósito e porque ainda não se vislumbra qualquer investimento por parte dos referidos espanhóis, lançou o seguinte desafio:” porque razão é que não se há-de fazer uma empresa bem gerida com capitais próprios e muitos de nós apoiar, não com muito capital, se formos muitos fazemos muito capital e pomos uma empresa do concelho a comprar no concelho e a vender fora do concelho. Iria substituir essa empresa espanhola que anda a prometer ao Presidente da Câmara há anos a dizer que vem e nunca mais vem a comprar produtos, e se calhar nós todos ou o concelho inteiro com um pouco de cada um teria uma quota/partezinha lá bem gerida para

pôr os produtos, criaria riqueza no concelho. Não sei se será possível, é uma ideia. Não sei se será aceite ou não.” ----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, fez a seguinte intervenção:” Ó Senhor Presidente eu quando vim pedir as manilhas foi ao Dr. Jorge. Ele podia-me ter dito logo que não dava as manilhas. Olhe quem está ali daquele lado a ouvir as vossas respostas dá a impressão que não dão porque não querem, não é? Então diziam-me logo, nós não damos manilhas às Juntas de Freguesia. Eu não vinha cá pedir ou não estava à espera, já as tinha comprado e já as tinha colocado lá no sítio. Relativamente ao cimento, por acaso já não foi na minha gestão que se estragou, mas foi verdade que se estragaram lá umas sacas de cimento. O rio (caudal) cresceu rapidamente ninguém as tirou de lá e molharam-se, foi culpa de as terem deixado junto ao rio em vez de as porem um pouco mais em cima. A verdade foi essa que se estragaram algumas. Relativamente aos projectos, eu já tenho visto aqui Juntas de Freguesia serem apoiadas, não sei porquê que nós não somos. Para mim quem está na política deve estar com seriedade e devemos ser todos amigos, embora tenhamos partidos diferentes e opiniões diferentes, mas quem perde com isto é o concelho. Não sou eu que perco, vocês a mim não me estão a fazer nada de mal. Estão a fazer à minha freguesia estão a fazer ao concelho, percebem? A mim não me faz diferença, que a mim não me deiam serviço no meu ramo. Olha tu não trabalhas para mim (porreiro) eu não me interessa. Agora não darem as coisas que eu peço para a minha freguesia, que é para toda a gente, por amor de Deus. Se fizesse isso às minhas pessoas, aos meus cidadãos lá, então só se arranjavam os caminhos para aqueles que eram do meu lado, os outros ninguém tinha caminhos.” ----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. Disse o seguinte:” o senhor Presidente não disse que não se dava e o que eu disse na reunião anterior é que não são colocadas manilhas sem que primeiro se faça uma análise pelos técnicos. Acho que isso é correcto. Fez-se isso e disse na última reunião. Está o Presidente da Junta de Freguesia de Pinelo para comprovar. As manilhas que lá foram colocadas, os técnicos da Câmara consideraram que era importante lá colocá-las, foram colocadas. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras já solicitou antes do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira manilhas. Pergunte-lhe se já lá foram colocadas e se já lá

foram os técnicos, ainda não foram, ainda não houve possibilidade de ir. Há dias o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco colocou lá um problema de segurança num pontão. Era um problema de segurança um pontão, fui lá com um técnico e vai tentar resolver-se o problema. Portanto Roma e Pavia não se fizeram num dia! Não queiram que as coisas se façam todas de uma só vez. Há pedidos de manilhas para Argoselo ao pé do pontão que vai para Coelhoso; ainda não fomos lá. Tenho ali vários pedidos, agora não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. Agora dizer-lhe por exemplo: todos os Presidentes de Junta quando tem problemas de lâmpadas fundidas, problemas de iluminação, ou telefonam ou mandam ofício e dizem o que se passa. Já o podia ter feito há mais tempo. É por isso que eu às vezes me chateio, fala-se das coisas com uma certa superficialidade e vem-se para aqui dizer, em ser sério! Ó senhor Presidente eu acho que você é sério, mas não é mais do que eu; eu considero-o uma pessoa séria mas não a considero mais do que eu, e se faz política com seriedade eu procuro fazê-la com seriedade, não admito, está a perceber, não admito, é preciso ter cuidado com as palavras. Olhe houve mais Juntas de Freguesia que fizeram esses mesmos trabalhos de colocação de antenas e ainda não receberam nada, há mais Juntas de Freguesia que o fizeram. Olhe foi colocada uma em Vale de Algosos pergunte ao Presidente da Junta de Algosos se já recebeu alguma coisa para a antena. -----

----- Pediu para intervir o senhor Vereador Jorge Fernandes. Referiu: eu também sou de Angueira e sinto um bocado na pele o que o Vítor sente e o que o José Luís sente e o que a Paula e toda a gente sente. Poderei aqui dizer e já o disse também em reunião de Câmara: tudo bem que haverá prioridades para um lado e para outro, mas no que toca a apoios comunitários e se as obras foram feitas com muito sacrifício da parte de quem está nas juntas de freguesia, da parte de quem colaborou com elas os investimentos são de utilidade para as freguesias, canalizou-se dinheiro para o concelho. Se a Câmara poder desbloquear e isto já o defendi em reunião vocês sabem disso, não venho aqui para as Assembleias para estar contra ninguém. Mas, se a Câmara poder dar um pequeno contributo quanto mais não seja cinco mil, dez mil ou quinze mil euros, acho que deve apoiar seja a Junta A, seja a Junta B, seja a Junta de uma cor ou seja a Junta de outra cor. Ouvindo o sentimento de preocupação e

de alguma revolta do Vítor, tenho que vir falar porque este assunto foi levantado se calhar há ano e meio ou dois anos e ainda não está o assunto resolvido. Não há aqui ninguém contra ninguém e nós todos em conjunto esteja o PSD no poder no passado esteve o PS devemos trabalhar todos em conjunto com os mesmos objectivos e no fundo é o sentimento do Vítor, não se está a prejudicar o Presidente da Junta mas sim algumas pessoas. Também sou agricultor em Angueira e também me sinto um pouco preocupado porque também estou a ser afectado.” ----- Interveio o senhor Presidente da Câmara. Disse:” gostaria de falar um pouco sobre isto. Eu penso que se refere a um apoio para uma antena. Nós apoiamos quando podemos. Agora uma coisa é certa: quando olho para Vila Chã, quando olho para Mora e quando olho para outras aldeias, quando olho para Junqueira; quando vim para aqui para a Câmara sabe o que acontecia em Angueira, uma igreja a cair, já tinha caído. Uma estrada que, enfim, era uma estrada que estava muito má, eu acho que temos ajudado muito. Temos feito muito. Tomara eu de fazer assim para a Junqueira e para Vila Chã. Agora por causa de dez mil euros? Por amor de Deus!” ----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, no uso da palavra disse:” também sou Presidente de Junta e sinto e sei o que os Presidentes de Junta sentem. Agora há uma questão, também temos que ser coerentes, não podemos estar constantemente dependentes de uma Câmara. A Câmara tem catorze freguesias, mas não pode dar de um momento para o outro ajuda a todas as juntas de freguesia. Caçarelhos já foi contemplado, já foi ajudado é verdade, mas nós por exemplo este ano andamos com caminhos e precisamos de meter trinta manilhas e nem sequer as pedimos à Câmara, tivemos que as pagar. Este ano andamos lá a arranjar caminhos, no entanto havia lá dois caminhos que precisam de uma intervenção de fundo, candidatamo-nos fez-se um projecto. A Junta também assumiu essa despesa, não podemos estar sempre à espera que a Câmara faça as obras todas. As juntas recebem verba, um fundo de financiamento das freguesias, eu não sei o quê que as pessoas fazem com essas verbas, quer dizer, não vamos estar a guardar esse dinheiro para no último ano fazer obras para tudo e mais alguma coisa. Acho que também devemos saber gerir a nossa freguesia de acordo com as nossas capacidades financeiras. Não estou aqui a querer envolver-me. Falo por mim. Já fizemos pedidos que nos

foram contemplados, outros foram indeferidos, no entanto as obras vão-se fazendo consoante se pode. Já agora queria pedir aqui um esclarecimento, eu li na semana passada num jornal regional, deixou-me satisfeito, é que Vimioso vai ser contemplado com o projecto do primeiro campo relvado, acho que é de louvar, dou os parabéns à Câmara por ter apostado no desporto acho que o desporto é bem vindo num concelho como o nosso, com as suas limitações e tendo em conta que apesar de tudo o nosso concelho tem três clubes regionais. É de louvar e é uma forma de continuar apoiar o desporto.” -----

----- Interveio o senhor deputado José Luís Rodrigues. Disse não concordar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires. Lembrou que ele próprio, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires e demais população de Angueira tinham trabalhado no salão, sendo um verdadeiro salão do povo. Continuou dizendo que, “ não foi a Câmara que fez aquela casa, e é natural que Angueira depois de tanto trabalho, de todas as pessoas, mesmo as pessoas mais humildes aquelas que não puderam trabalhar contribuíram com dinheiro, aquele salão foi construído à base do trabalho. Nós conseguimos converter ou transformar uma zona de lixeira que era onde havia várzeas e vocês sabem bem que vivem também nas aldeias que onde há várzeas é onde vai parar todo o lixo, conseguimos converter aquilo num lugar de lazer em que podemos ter reuniões, podemos ter festas e podem-se fazer os comícios aquando das eleições. Portanto julgo que Angueira merecia pelo menos consideração pelo trabalho que o pessoal desenvolveu assim como merece no parque de merendas. O parque de merendas, ainda o ano passado foi aqui falado na questão da atribuição de subsídios, o parque de merendas de Angueira traz a Angueira mais gente do que traz os motards aqui à concentração, durante os meses de verão. Custa-me a crer como Angueirense e como Vimiosense o porquê de constantemente andarem a cortar a luz no parque de merendas de Angueira, quando é que se resolve essa situação senhor Presidente? Gostava de saber qual era o porquê, dos procedimentos diferentes, e falou há bocado na questão de seriedade, julgo que a seriedade às vezes também é muito mal tratada, não é tão séria como devia ser. Relativamente às manilhas fez-se o caminho, tudo bem, parabéns à Câmara que cedeu a máquina, fez-se um bom caminho naquela zona do carvalhal. Posso-lhe dizer que a nível do concelho e não receio de o dizer que é a

zona mais bonita e a zona em que podem realmente praticar desporto. Uma grande zona, mas por falta de quatro ou cinco manilhas, são de maior dimensão, porque se fossem daquelas pequenas, a Junta de Freguesia tem lá manilhas, mas são muito pequenas que não dá para passar o canal da água que às vezes vem quando é na altura das chuvas e é por isso que o Presidente pediu, porque se fosse a questão de uma manilha para passar pouca água, ele teria colocado até o fazia de forma gratuita como muitas vezes tem feito para a junta. Por isso eu entendo a preocupação dele e entenda a nossa preocupação, não é isso que custa à Câmara. Não tem um engenheiro disponível para chegar lá senhor Presidente? Ao fim de três meses que foram pedidas, eu sei que vocês não podem dar resposta no momento e a todas as freguesias porque são muitas, mas pelo menos que vão dando e vão atendendo às prioridades. Outro assunto: uma informação relativamente; se já foram alterados os critérios para atribuição do prémio do Bebê do ano, porque segundo me consta terão sido entregues trinta ou trinta e um prémios. Nós tivemos vinte e duas grávidas a serem seguidas. São vinte e duas e temos lá vinte e uma crianças registadas. Não sei, com vinte e um nascimentos, trinta prémios? Eu não estou contra que atribuam os prémios, gostaria eu que atribuíssem cem prémios; agora o critério que foi definido no início para atribuição do prémio era, mulheres a viver pelo menos durante um ano cá e tivessem uma criança. A própria revista, a revista visão não sei se está a ver, certamente teve conhecimento a de vinte e sete de Dezembro, depois da entrega do prémio refere o senhor Presidente em determinada altura, que é para aquelas crianças que nasceram e que vivem em Vimioso. Na mesma página é logo referido um exemplo de uma senhora que está a viver no Porto, que reside no Porto e que veio cá receber o prémio. Ora bem, compreenda a minha preocupação com o regulamento e com o cumprimento dos regulamentos não é só com o da zona industrial é com os outros também. Nós se os fazemos temos que os cumprir, se o regulamento é para mulheres que residem cá pelo menos um ano e que tem cá o nascimento do seu filho, não é para aqueles que vem cá registar as crianças, porque aí nós estamos a ser ludibriados. Até sugeria o seguinte: para continuar apoiar essas crianças e o prémio já vem sendo instituído há seis anos, é a idade ideal, para continuar a dar apoio a essas crianças, eu até achava oportuno que o senhor Presidente disponibilizasse (uma vez que nós não temos cá no

concelho) um autocarro da Câmara ou outro meio de transporte e que desse a possibilidade a essas crianças por exemplo: aprenderem a nataçãõ em Miranda do Douro. Dá-se muito bem com o Presidente de Miranda, que arranjassem ou definissem um período para que essas crianças pudessem ir lá fazer iniciaçãõ da nataçãõ. Eu sei quanto benéfico é para a criança. Eu tenho uma filha que por acaso optei por a lá levar e sei o benefício que outras crianças poderiam ter se usufruíssem também desse meio. Outro assunto que aqui trazia é a questão da segurança; a segurança pode-me dizer que não depende só de si mas, é o Presidente da Câmara que preside também ao conselho municipal de segurança. Há questão de um mês e tal, é vergonhoso o que aqui se passou, mais de um por cento da população de Vimioso andava no barulho e ninguém sabia em quem batia e digo-lhe, mais de um por cento eram mais de cinquenta e foram relatos, e digo-lhe não tenho problemas de dizer quem foi; foi a própria guarda que o admitiu. Um guarda até ficou ferido, partiram-lhe os óculos e até lhe bateram ainda. Portanto eram mais de cinquenta pessoas e cinquenta pessoas representa uma centésima parte da população, portanto é algo que me preocupa. Pode dizer que não é do seu domínio mas se calhar o licenciamento e o permitir que estabelecimentos que não estão licenciados funcionem até altas horas da manhã, quatro ou cinco horas da manhã ou mais, se calhar isso é da competência do Presidente do Conselho de Segurança.” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara. A propósito da intervençãõ do senhor deputado José Luís, disse:” eu não sei onde quer chegar. Eu já disse há um pouco e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos disse a mesma coisa, que não podemos apoiar tudo. As Juntas também têm que ir fazendo alguma coisa. Porque é aquilo que eu disse, em termos de apoio a Angueira, tomara eu apoiar assim as outras freguesias como apoiei Angueira durante estes anos e que tivessem os investimentos que nós fizemos em Angueira, quer na estrada, quer na igreja. Pagou, primeiro não pagou, agora já pagou alguma coisa, ó valha-me Deus! Em todas as obras nós tentamos ter fundos comunitários, a estrada não a pagou toda a Câmara, a igreja não a pagou toda a Câmara, agora eu na altura em vez de ter recuperado essa igreja podia ter recuperado a de Junqueira, mas não. Nós temos investido e não estou arrependido daquilo que investi em Angueira e investi bem e também estou agora a investir na Junqueira. São prioridades. O Presidente da Junta de

Freguesia de Matela entendeu isso e nunca disse nada. Fui reparar a igreja de Angueira e não se reparou a de Junqueira, são prioridades. Mas enfim, vocês querem pegar por qualquer coisa. Agora a situação é esta, eu disse e não me arrependi dos investimentos que fiz e gostaria de fazer mais se pudesse. Relativamente ao Bebê do ano sabe do regulamento. É necessário que resida no concelho, é necessário passar uma declaração o Presidente de Junta. Todos esses processos têm a declaração do Presidente de Junta, todos. Eu não sei, a sua esposa é professora, está a trabalhar em Vimioso? Não. Teve que sair daqui, pois há muitos que tem que sair. Aqui o Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos não está em caçarelhos, não reside lá, infelizmente, porque não pode. Não digo mais acerca disto, mas ele podia ter um filho, não tem (que ainda é solteiro) tinha todo o direito de receber o subsídio porque de facto ele é de caçarelhos só que tem que sair para trabalhar. Eu não sei se é o caso de essas pessoas que receberam subsídio. Se eles de facto receberam eu entendo que eles tinham direito. Eu não sei, se você me disser o nome da pessoa a quem isto aconteceu, se de facto é verdade aquilo que você está a dizer ou não, eu tenho que acreditar nas pessoas nesse sentido, pode de facto dizer que há pessoas que não vivem cá e que não são de cá, não conheço, não sei.

No uso da palavra, o senhor Vice-Presidente, ainda em resposta à intervenção do senhor deputado José Luís relativamente ao concurso do Bebê do ano referiu que os prémios atribuídos obedecem ao regulamento. Mostrou a sua surpresa em relação à forma como o Senhor deputado se refere aos regulamentos e seus incumprimentos dando como exemplo o facto de na última sessão, o senhor deputado ter referido que não conhecia o protocolo entre a Câmara e Ministério relativo ao encerramento nocturno do Centro de Saúde, quando esse protocolo havia sido aprovado na reunião de Abril de dois mil e seis, donde o senhor deputado estava na posse do referido protocolo. O mesmo aconteceu com o regulamento do Bebê do ano, aprovado nesta Assembleia, onde o que é exigido é o atestado de residência de um dos pais. No entanto mostrou abertura para, se a Assembleia assim o entender, alterar o regulamento, insistindo que não se pode falar dos regulamentos e das questões de forma superficial. Relativamente à sugestão de transportar as crianças e jovens à piscina de Miranda do Douro, mostrou total concordância, tanto mais que já houve oca-

siões em que esse transporte foi feito. Nesse sentido sugeriu que fosse pedido à escola para organizar as idas à piscina de Miranda. Esclareceu que os autocarros da Câmara estão à disposição para o efeito. No entanto lamentou que fosse pedido tudo à Câmara, que transporte, que organize as viagens e que acompanhe as crianças. Acrescentou que é fundamental que a sociedade civil possa assumir responsabilidades, sendo que para isso é necessário que não se peça tudo à Câmara. Relativamente às questões de segurança, ao facto de os cafés não estarem licenciados, de se andar ao barulho, mais uma vez referiu que o senhor deputado devia “chamar os bois pelos nomes”. A este propósito questionou se o facto de terem existido alguns problemas, que ocorreram na via pública e dos quais têm conhecimento via GNR, significa que o concelho de Vimioso não é seguro? Lamentou que o senhor deputado tenha, de alguma forma, atribuído os incidentes, que ninguém deseja, que é necessário evitar mas que por vezes acontecem, ao facto de os cafés terem um horário de abertura mais prolongado. Recordou que a alteração do horário foi feita não pelo senhor Presidente mas pela Câmara em sede de reunião de Câmara e a pedido da Associação Comercial. Sublinhou que não é correcto atribuir ao senhor Presidente da Câmara, só porque ele preside ao Conselho Municipal de Segurança, toda a responsabilidade pelas situações de insegurança que possam ocorrer. ----- No uso da palavra o senhor deputado Manuel Oliveira, a respeito do Bebé do ano defendeu que não é pelo facto de não se residir permanentemente no concelho que as pessoas deixam de ser de cá, se cá não vivem é porque não podem, pelo que não devem ser proibidas de aceder ao prémio. Referiu-se à ligação Argoselo / Coelhooso para lembrar que a estrada de acesso ao Santuário de S. Bartolomeu necessitava de uma intervenção. ----- Na sua intervenção o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira disse:” eu não posso admitir que me venha dizer senhor Presidente que foi você que reconstruiu a obra da igreja de Angueira quando não é verdade. Toda a gente sabe que não é verdade. Que me venha dizer que ajudou, ajudou sim senhor, mas foi uma ínfima parte daquilo que foi gasto lá. No parque de merendas, você sabe quanto é que foi atribuído para o parque de merendas de Uva há três anos? Que eu me lembre aqui foram vinte e cinco mil euros, para reparo de alguns estragos que foram feitos lá. Assinamos um protocolo aqui, eu lembra-me perfeitamente disso. A asso-

ciação dos Burros APEGA e a ALDEIA vão receber este ano para o festival mais do que recebem as juntas de freguesia todas. Por amor de Deus! É um grupo de amigos que está no Porto apetece-lhe vir a beber uns copos a Vimioso e a Câmara suporta os custos.” -----

----- No uso da palavra, o senhor deputado José Luís Rodrigues disse:” o senhor Vice-Presidente extremiza sempre. A primeira preocupação que eu tive quando cheguei aqui foi perguntar se o regulamento tinha sido alterado, verdade? Confirmam. Eu perguntei se o regulamento da atribuição do prémio do Bebê do ano tinha sido alterado. Se tivesse sido alterado tudo bem. Agora não foi alterado tinha que ser cumprido. Na revista é o senhor Presidente que diz é a criança que nasce e vive, quinhentos euros à criança que nasce e vive, diz aqui na revista pode ler senhor Vice-Presidente, pode ler, e depois leia o que vem na mesma página a dizer que já reside há cinco ou seis anos no Porto. Está ali um senhor, que é o senhor Presidente da Junta de Vilar Seco, é a Isabel Pires, ele que me diga se reside em Vilar Seco. Pelo que eu sei está a residir no Porto, este é apenas um exemplo porque há mais. Mesmo depois no outro assunto que vem a seguir também vem a extremizar. Eu disse: não é ao Presidente da Câmara que lhe compete resolver mas na qualidade de Presidente do Conselho Municipal de Segurança terá uma palavra a dizer, e, sem dúvida alguma a maior parte destes desacatos ao acontecerem lá para as cinco ou seis da manhã por algum motivo é, é porque estão na igreja, estão na missa e eu acho que as casas não têm permissão de abrir até às quatro da manhã, pelo menos a maior parte delas.” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco. Informou o seguinte:” a propósito do casal, pais de crianças a quem foi atribuído o prémio Bebê do ano, esse casal é votante em Vilar Seco, é a Isabel e o Aniceto, estão no Porto por força da profissão, são professores, todos os fins de semana vêm aí, quando vêm vão sempre ao Centro de Saúde com as crianças, que até são duas, eu já lá os vi pelo menos duas vezes, mas quando vem aí e precisam não diga que vem mostrar os filhos ao Centro de Saúde, agora que já lá foram assistidos foram. Isso foi verdade. Agora ela veio –me perguntar o que era preciso, e eu disse-lhe o que exigem é isto e isto, vocês estão cá os dois, são os dois cá votantes, estão cá todos os fins de semana a tratar das terras, tem feito várias plantações, eu acho que sim senhor. Não

residem aqui por força da profissão. Para mim residem.” -----
----- Interveio o senhor Vice-Presidente para responder às intervenções do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, e do senhor deputado José Luís Rodrigues, relativamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, “ó senhor Presidente, a igreja de Angueira foi feita por toda a gente obviamente. Olhe quem conseguiu a candidatura para a TNS foi um senhor chamado José Baptista Rodrigues Presidente da Câmara Municipal de Vimioso. Foi várias vezes ao Porto e felizmente conseguiu várias TNS para este concelho. Infelizmente ainda não conseguiu para a minha freguesia mas há-de conseguir-se para a Igreja Matriz que bem precisa. Não participando na totalidade, a Câmara transferiu verbas penso que, para a comissão fabriqueira de Angueira. A Câmara fez isso. Se não tem sido a acção do senhor Presidente da Câmara se calhar a igreja de Angueira hoje não estaria no estado em que está, ou estaria, não sei. Foi o senhor Presidente da Câmara o motor da resolução do problema da igreja de Angueira como foi de muitas outras, e ainda bem porque o património além de religioso é cultural e tem que ser preservado como foram muitos neste concelho. Relativamente à AEPGA, dos burros como se refere, está muito enganado, muito enganado porque o festival é uma coorganização da Câmara Municipal com a AEPGA. Hoje sabe que é um evento apoiado pela Delegação da Cultura do Norte, sabe que é um evento apoiado pelo Instituto da Juventude. O que a Câmara Municipal participa é nas despesas, é que é realizada uma feira dos burros, este ano eles escolheram que fosse em Algosó, porque dissemos que deveria correr o concelho, em que se faz um almoço convívio com todos os participantes que levam os burros em que se atribui um prémio. A maior parte do dinheiro que a Câmara atribui é exactamente para o desfile dos burros, para a feira dos burros e para o convívio dos proprietários dos burros no concelho. Para vocês isso não é importante. Já verifiquei que realmente a cultura para vocês não é importante. Sabe que a cultura é uma forma de desenvolvimento económico de uma região, sabe? Lá está a superficialidade com que se dizem as coisas. Está-se a fazer um evento cultural, a defender a música tradicional a defender as tradições culturais, eu acho que essa associação tem tido um papel fundamental no nosso concelho, essa e outras. E agora está a dizer que vem três ou quatro do Porto a beber uns copos, vejam a leviandade como são ditas as coisas. Relati-

vamente ao senhor deputado José Luís, voltou a falar no Bebé do ano. Ó José Luís não te fica bem; desculpa lá, dizer que não sei se o regulamento foi alterado. Só pode alterar regulamentos a Assembleia Municipal, isto é básico. Leia as actas. O regulamento para ser alterado, tem que ser alterado na Assembleia Municipal, se nunca houve alteração ao regulamento, vem perguntar, não sei se houve, não pode ser.” ----- No uso da palavra, o senhor deputado José Carlos Gonçalves colocou as seguintes questões: código postal de quem é a competência da atribuição dos códigos. Obras na Praça Eduardo Coelho: para quando está prevista a conclusão? Quais as causas das falhas de energia ocorridas em Vimioso há poucos dias? Qual o procedimento a adoptar quando se quer deitar um electrodoméstico para o lixo? Questionou o investimento feito na praia fluvial de Vila Chã considerando que foi avultado para a utilização que lhe é dada. Considerou que o regulamento Bebé do ano foi criado com o objectivo de fixar pessoas e não facilitar que pessoas não residentes no concelho venham buscar o prémio. Sugeriu que na rua Adelino Amaro da Costa junto à escola fosse proibido o estacionamento num dos sentidos. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. Relativamente à atribuição do código postal respondeu que a responsabilidade é dos C.T.T. As obras na Praça Eduardo Coelho estão previstas para o fim de Maio. As falhas de energia ocorridas deveram-se a problemas no P.T. junto ao Multiusos, dos quais a E.D.P. tem conhecimento e que em breve serão resolvidos. Quanto aos electrodomésticos em fim de vida respondeu que o procedimento a adoptar é telefonar para a CESP, empresa responsável pela recolha de resíduos. Relativamente ao investimento em Vila Chã, respondeu que não se trata de qualquer praia fluvial, lembrando que os investimentos se limitavam à colocação de algumas iluminarias, donde foram muito reduzidos. Quanto à limitação de estacionamento na rua Amaro da Costa, informou que já colocara a questão aos técnicos tendo estes respondido que qualquer limitação ao estacionamento colocaria problemas no acesso às garagens dos moradores. Ainda nesta intervenção referiu-se a um pedido de informação feito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, relativo ao primeiro relvado, tendo informado que após diligências do senhor Presidente da Câmara foi garantida a aprovação da candidatura para o campo de futebol, donde foram feitos todos os procedimentos (concurso) para que a

obra possa ser feita. Informou que se trata de um grande investimento pelo que numa primeira fase far-se-á o campo de futebol e pista de atletismo

----- **Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

-----Não se registaram intervenções. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia informou e convidou todos para as comemorações do vinte e cinco de Abri cujo programa era público. -----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

O 2º Secretário da Assembleia Municipal
